

A imagem dos partidos e a consolidação democrática em Portugal — resultados dum inquérito*

1. Neste texto apresentam-se alguns resultados duma análise mais ampla sobre a cultura política dos Portugueses, realizada com base num inquérito levado a efeito em 1985¹. O nosso interesse incidiria sobre a perspectiva que os Portugueses têm dos partidos políticos e do seu papel, de modo a evidenciar a seguinte hipótese: a imagem que os cidadãos têm das formações políticas e do respectivo impacte no processo político decorre das suas perspectivas no que respeita à política em geral e ao próprio regime, durante o processo de consolidação democrática.

Considerámos como indicadores da consolidação da democracia e da estabilização do regime democrático os níveis de identificação com os partidos políticos, a imagem que deles têm os cidadãos e a importância que lhes é atribuída na efectivação do novo sistema político. Tais indicadores derivam do facto de a orientação dos indivíduos perante os fenómenos políticos se poder revestir de características diversas ou, pelo contrário, adquirir um perfil proeminente; em ambos os casos será a acção subjectiva, subjacente às suas atitudes políticas, que permitirá caracterizar a cul-

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada, sob o título «Aspectos salientes da cultura política dos Portugueses — resultados dum inquérito», ao Grupo de Trabalho 4 — Sociologia Política, do 1.º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 28 de Janeiro de 1988.

¹ O estudo em causa foi realizado no âmbito dum projecto levado a cabo em Itália, Grécia, Portugal e Espanha desde 1984, coordenado por Giacomo Sani, da Universidade de Ohio, e por Julián Santamaría, do Centro de Investigaciones Sociológicas de Madrid.

Os resultados do projecto referido, denominado «The Political Culture of Southern Europe — A Four Nation Study», serão publicados sob a forma de livro no decorrer de 1988, obra na qual, em colaboração com M. Weber, da Universidade de Milão, participamos com um capítulo, com o título «People and Parties in Southern European Democracies».

Em Portugal foram realizadas 2000 entrevistas, com base num questionário comum preparado por toda a equipa envolvida no projecto e adaptado, no que se refere ao caso português, pelos dois responsáveis nacionais: Mário Bacalhau e Maria José Stock. A sondagem, a cargo da Norma, foi dirigida por Mário Bacalhau e realizou-se no início do Verão de 1985.

O enquadramento político-social na altura da aplicação do inquérito seria fundamentalmente caracterizado pela permanência do «bloco central», liderado pelo PS, no poder, pelo conflito institucional com o PR, pela preparação, a médio prazo, das eleições presidenciais seguintes e pelo acentuar das divergências entre os parceiros da coligação, pelo facto de se perfilar já um realinhamento partidário significativo, na eventualidade de novas legislativas e tendo em conta a formação do novo partido — o PRD — e a crescente incapacidade de dinamização do sistema em termos duma refundição da estrutura social e política (cf. Maria José Stock, «O centrismo político em Portugal: génese do bloco central e análise dos dois partidos de coligação», in *Análise Social*, n.º 85, vol. XXI, 1985). O «bloco central» acabaria assim por desaparecer, assistindo-se, no final do ano e início de 1986, a uma evolução totalmente distinta do processo político.

tura política dum dado agregado ou de um grupo de indivíduos, em função da sua orientação predominante².

O objectivo deste texto é, contudo, mais restrito. Apenas analisámos uma daquelas componentes, a perspectiva perante os partidos políticos, dada a importância que à mesma atribuímos quanto ao processo de consolidação da democracia³.

2. Esta análise não pode, portanto, prescindir do facto, aqui evidenciado, de os partidos, na sua generalidade, terem vindo a desempenhar um papel específico e muito significativo no processo de consolidação democrática em Portugal. Entendemos por consolidação da democracia o processo desenvolvido por um sistema democrático no sentido do reforço das suas capacidades de persistência e do acréscimo das suas possibilidades de prevenir ou superar eventuais crises internas⁴.

Existe, assim, uma sequência instauração-consolidação da democracia, iniciada logo a seguir à fase de transição democrática, que no caso português, dadas as características da queda e substituição do regime (através dum golpe), foi uma etapa muito curta. Convém assim distinguir entre a transição, a instauração e a consolidação propriamente dita⁵ e não confundir as três fases dum processo a que poderemos chamar genericamente transição para a democracia plena⁶.

Interessa-nos fundamentalmente a última etapa referida, a da consolidação democrática, na qual a variável tempo desempenha um papel capital, visto a consolidação consistir num processo de congelamento⁷ das diversas estruturas e normas democráticas, induzido no decorrer do tempo. Apesar de se poderem verificar crises, rupturas ou mudanças de diversa

² Sobre o conceito de cultura política assim perspectivada e sobre as componentes cognitiva, afectiva ou valorativa da mesma veja-se G. Almond e S. Verba, *The Civic Culture Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton, Princeton University Press, 1963, e G. Almond e G. Powel, *Comparative Politics*, Boston, Little Brown, 1966.

³ Relativamente ao processo de consolidação das democracias na Europa do Sul, haverá que ter em conta a distinção realizada por Schmitter entre *group structuration* e *regime structuration*, ambos conceitos interdependentes no processo em causa; no presente artigo daremos importância acrescida ao primeiro, enquanto indicador fundamental da consolidação e da estabilidade democrática. Cf. P. Schmitter, «The consolidation of political democracy in Southern Europe and Latin America», comunicação apresentada ao Workshop on the Consolidation of Democracy in Southern Europe, Instituto Universitario Europeo, Florença, 1985.

⁴ Veja-se a definição dada por L. Morlino nesse sentido em «Consolidamento democrático: definizione e modelli», in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, n.º 2, 1986, p. 203.

⁵ A transição diz respeito ao período fluido e confuso durante o qual — permanecendo ainda algumas das estruturas do anterior regime — se começam a formar as novas estruturas democráticas; e, decorrendo estas, no caso português, de um golpe, concentrou-se esta fase num período de tempo curto. A instauração caracteriza-se pelo delinear das novas instituições e processos. A consolidação não apresenta esses traços de criatividade, caracterizando-se pela fixação, no tempo, de todos os aspectos próprios de um sistema democrático. Cf. L. Morlino, *op. cit.*, p. 205.

⁶ Sobre a consolidação democrática como última fase do período de transição para a democracia e a inerente dificuldade em defini-la em relação às restantes fases do processo veja-se G. Pridham, «Comparative perspectives on the new mediterranean democracies: a model of regime transition», in G. Pridham (ed.), *The New Mediterranean Democracies: regime Transition in Spain, Greece and Portugal*, Londres, Frank Cass, 1984.

⁷ Congelamento esse que não implica rigidez, mas tão-só a fixação daqueles aspectos. Cf. L. Morlino, *op. cit.*, p. 205.

ordem, desde que aquele congelamento se efectue, dar-se-á a consolidação⁸.

Este processo resulta da relação complexa que se estabelece entre os diferentes actores políticos, assumindo aí particular relevo a inter-relação entre as estruturas políticas e a sociedade. Os contornos desta relação passam pela aceitação progressiva daquelas estruturas e normas, entre as quais será primordial a aquisição de identidade pelos partidos políticos, actores fundamentais dum regime democrático.

A consolidação através dos partidos políticos caracterizar-se-á, assim, pela progressiva organização e expansão das estruturas partidárias e do sistema de partidos, que passa pelo reconhecimento, por parte dos cidadãos, da importância de ambos e de uma presença consistente da «bondade» da sua imagem na cultura política do país em causa.

Em suma, na nossa perspectiva, o processo de consolidação duma democracia encerra, como componente essencial, o reforço do sistema partidário, tanto dos partidos enquanto organizações, como da existência de uma imagem forte da identidade destes e do respectivo papel.

Mesmo em Portugal, onde os partidos não estiveram presentes na raiz do processo de transição, viriam eles, posteriormente, a actuar como actores fundamentais na instauração e na consolidação da democracia, principalmente no que se refere à introdução de mecanismos democráticos, como os eleitorais, mecanismos que tendiam a atribuir-lhes um espaço e um papel acrescidos no sistema, concorrendo desta forma para o funcionamento e a legitimação da democracia. Na fase de transição, e tendo em conta as características de que esta se revestiu entre nós, tinham sido os militares os actores por excelência, facto que lhes permitiu retirar os dividendos políticos necessários à sua não marginalização imediata do processo em causa⁹.

A experiência nacional seria suficientemente elucidativa no que se refere ao difícil compromisso existente entre os diferentes actores políticos no momento da instauração da democracia. Apesar das dificuldades de liderança do processo político que nessa fase se depararam aos partidos, estes tornar-se-iam, através da sua crescente actuação, os actores politicamente mais activos e relevantes, sendo claro que, sem eles ou com a sua minimização, a legitimação e a consolidação democrática dificilmente seriam atingidas¹⁰.

⁸ Cf. L. Morlino, *op. cit.*, p. 205.

⁹ Veja-se a instabilidade institucional devida ao prolongamento da intervenção militar quando da instauração da democracia, tal como a definimos, impedindo que se iniciasse o processo de consolidação através das estruturas normais ao pretender-se relegar os partidos para uma esfera secundária da política, assumindo a instituição castrense o papel liderante do processo; posteriormente, a instabilidade seria despoletada quando do reforço da vertente presidencialista no sistema, não só quando da intervenção acrescida do PR em 1978 e 1979, mormente quando dos Governos de iniciativa e base presidenciais, como nas sucessivas tentativas de marginalizar os partidos do cerne do poder político.

Sobre a legitimação do regime democrático que se pode dar durante o processo de instauração da Democracia e o papel desempenhado na sua ampliação progressiva pela consolidação das estruturas e normas democráticas, veja-se L. Morlino, «Consolidamento democrático: alcune ipotesi esplicative», in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, n.º 3, 1986, p. 439.

¹⁰ Conforme diria Rustow, os actores políticos que consigam tirar maior proveito no novo contexto institucional terão largas vantagens na afirmação do seu papel e na protecção dos seus interesses. Cf. D. Rustow, «Transitions to Democracy toward a dynamic model», in *Comparative Politics*, 11, 1970, pp. 358 e segs.

Antes de proceder à análise, que será feita em três passos fundamentais, cumpre referir que os dados em que nos baseamos derivam duma sondagem, a qual, pela sua própria natureza, não permitiu diferenciar o cidadão comum do cidadão envolvido activamente na política, não tendo também entrado em linha de conta com as diferenças de opinião dos diversos sectores da sociedade.

Sendo assim, as conclusões que aqui apresentamos, para além de constituírem apenas uma parte diminuta, embora de considerável significado, do estudo realizado, são perspectivadas em termos da cultura política dos Portugueses, enquanto agregado, e num momento preciso da vida política nacional.

Níveis de acordo com opiniões expressas sobre os partidos políticos
(Valores absolutos e percentagem)

[QUADRO N.º 1]

Opiniões	Níveis de concordância											
	Concorda totalmente		Concorda		Discorda		Discorda totalmente		Não sabe		Não responde	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
NEGATIVAS												
1. Os partidos só dividem as pessoas	556	27,8	607	30,4	288	14,4	148	7,4	357	17,9	43	2,1
2. Os partidos criticam-se uns aos outros, mas são todos iguais	608	30,4	569	28,5	269	13,5	172	8,6	322	16,1	58	2,9
3. Os partidos não servem para nada	221	11,1	290	14,5	410	20,5	624	31,2	378	18,9	75	3,7
POSITIVAS												
4. Os partidos são necessários para a defesa dos interesses de grupos e de classes	379	19,0	777	38,9	199	9,9	106	5,3	473	23,7	65	3,2
5. Graças aos partidos, as pessoas podem participar na política	402	20,1	715	35,8	185	9,3	106	5,3	501	25,1	88	4,4
6. Sem partidos não há democracia	562	28,1	575	28,8	150	7,5	108	5,4	517	25,9	87	4,4

3. Conforme já ficou implícito, a apresentação dos resultados será feita a três níveis complementares: ao das expectativas dos cidadãos relativamente aos partidos, bem como das suas opiniões no concernente ao

papel dos mesmos; ao das imagens que os cidadãos têm dos partidos enquanto actores na esfera política; ao da relação entre os partidos e os eleitores respectivos, em termos tanto da identificação partidária, como da proximidade destes relativamente aos primeiros.

Numa das perguntas do questionário aplicado¹¹ pretendemos medir os níveis de concordância no que respeita a diversas opiniões normalmente emitidas sobre partidos. Para efeitos operacionais de análise, dividimos posteriormente essas opiniões em «negativas» e «positivas». No quadro n.º 1 podem ser observadas as respostas assim agregadas.

Conforme se pode verificar, 50 % dos cidadãos manifestariam opiniões «positivas» sobre os partidos, enquanto 35 % os consideraram dispensáveis; apesar disso, os níveis de acordo com outras opiniões «negativas» relativamente aos partidos seriam consideravelmente altos: veja-se que mais de 60 % dos respondentes declararam que os partidos «são todos iguais» e também que «só servem para dividir as pessoas».

Esta última opinião pode estar relacionada com a fragmentação relativamente elevada do sistema de partidos português. Nesse sentido, vejam-se no quadro n.º 2 as opiniões expressas pelos respondentes relativamente ao número de partidos que, em sua opinião, deveria existir.

Número considerado ideal de partidos políticos

(Valores absolutos e percentagem)

[QUADRO N.º 2]

Número de partidos	Número	Percentagem
1. Só dois grandes partidos	400	20,0
2. Três ou quatro partidos	655	32,7
3. Só um partido	246	12,3
4. Diversos partidos	131	6,6
5. Nenhum	121	6,1
6. Não sabe	397	19,8
7. Não responde	49	2,5

De acordo com o respondido à questão para tal formulada¹², o número considerado óptimo foi de três ou quatro partidos, isto por 30 % dos respondentes. Poucos (menos de 10 %) declararam conveniente para o sistema político a existência de mais partidos, enquanto 20 % se mostraram adeptos do sistema bipartidário.

De notar que apenas uma fraca percentagem defendeu a existência dum partido único ou de nenhum partido, o que se torna relevante se considerarmos que quanto maior é a legitimação do sistema partidário estabelecido, maior a possibilidade de reacção contra esquemas de tipo autoritário.

¹¹ A pergunta seria formulada nos seguintes termos: «As pessoas têm diferentes opiniões sobre os partidos. Pode dizer-me se concorda ou discorda das seguintes opiniões?» (seguiram-se as opiniões expressas no quadro n.º 1 deste trabalho, embora não na ordem em que aí se encontram).

¹² A pergunta foi feita da seguinte forma: «Na sua opinião quantos partidos deveriam existir em Portugal?»

Numa outra questão pedimos aos respondentes que classificassem os partidos em função das atitudes respectivas no concernente a temas tais como democraticidade, honestidade, autoritarismo, competência, corrupção, clientelismo ou sujeição a interesses estrangeiros¹³.

No quadro n.º 3 pode ver-se o traço mais relevante atribuído a cada um dos partidos considerados. O atributo mais significativo diria respeito às atitudes democráticas/autoritárias dos partidos, já que o facto de estes serem sinceramente democráticos ou, pelo contrário, autoritários, foi sempre o traço mais mencionado em primeiro lugar.

Traços distintivos atribuídos aos partidos políticos (percentagem)

[QUADRO N.º 3]

Traços	CDS	PCP	PS	PSD
1. Sinceramente democrático	14,0	—	22,1	16,4
2. Honesto	6,9	—	—	—
3. Capaz de governar bem	—	—	—	—
4. Autoritário	16,0	26,0	8,0	14,2
5. Corrupto	6,5	—	9,4	7,0
6. Só procura a satisfação de clientelas ..	—	—	—	—
7. Está ligado a interesses estrangeiros...	—	—	—	—

Nota: Só considerámos aqui o atributo mencionado em primeiro lugar.

De acordo com as respostas dadas, 22 % consideraram o PS «sinceramente democrático», enquanto 16 % atribuíram tal traço ao PSD e 14 % ao CDS.

Pelo contrário, 16 % dos respondentes exprimiram a ideia de que o CDS seria «autoritário», enquanto 14 % têm igual opinião em relação ao PSD e 26 % vêem tal traço como característico do PCP.

Quanto às restantes opiniões sobre os partidos, são, ao pé daquelas, secundárias, pois muito poucos respondentes consideraram a «honestidade», «corrupção» ou qualquer dos restantes traços mencionados como relevantes, e daí o facto de só menos de 10 % os terem mencionado em primeiro lugar.

4. Na maior parte dos casos, os cidadãos não consideraram que os partidos detivessem muito poder. O Governo, seguido pela banca, foi, pelo contrário, considerado pela maioria a fonte de poder fundamental.

Assim, apenas 4 % dos respondentes mencionaram os partidos como principal fonte de poder, observando-se percentagens idênticas quando estes eram referidos como estando em segundo ou terceiro lugar nessa matéria.

Pedimos igualmente aos respondentes que, numa escala de 0 a 10, fizessem representar a simpatia demonstrada para com os partidos políti-

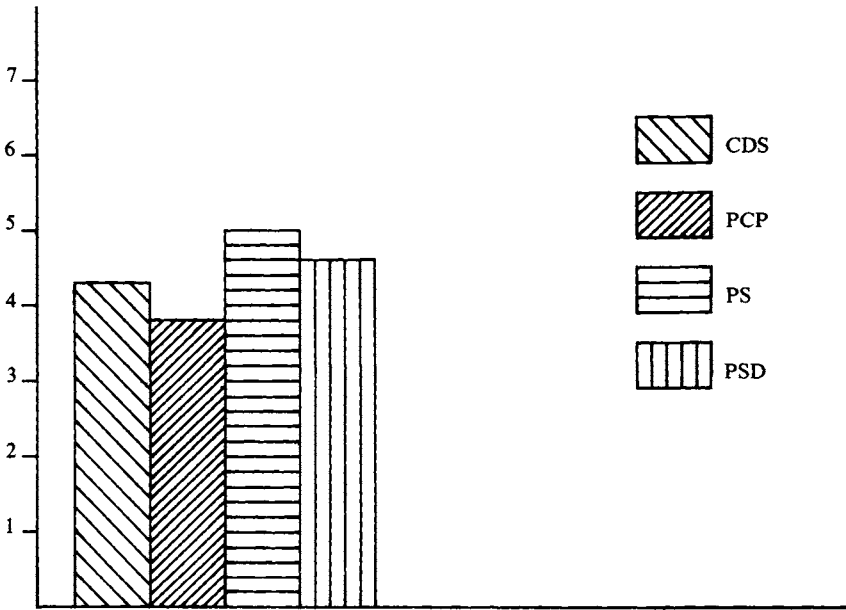
¹³ Na pergunta em causa fornecemos alguns atributos, os quais os respondentes deveriam atribuir aos diversos partidos políticos, numa graduação de 1.º a 3.º; só considerámos aqui o primeiro traço atribuído e apenas os partidos na altura com representação parlamentar.

cos na generalidade. Aplicámos igualmente a mesma questão no que concerne às restantes instâncias de poder.

No gráfico 1 podem ver-se, em valores médios, os níveis de simpatia atribuídos aos partidos pelos respondentes.

Percentagem de respondentes segundo os níveis médios de simpatia demonstrados para com os partidos políticos

[GRÁFICO 1]



A comparação entre os valores médios da simpatia expressa relativamente aos partidos principais mostrou que o PS atingiu os valores mais elevados, seguido pelos do PSD; a tal não seria certamente estranho o facto de, à altura, o PS se encontrar no poder e o PSD ser o segundo maior partido.

A relativamente pouca simpatia demonstrada em relação aos partidos deve, no entanto, ser vista dentro dum quadro geral de igualmente fraca simpatia manifestada para com as restantes instâncias de poder, dado que nenhuma delas atingiu valores médios superiores a 5, enquanto o PS chegou também a 5 e o PSD a 4,9.

5. Poucos respondentes declararam pertencer a partidos políticos.

No quadro n.º 4 podem ver-se as percentagens de inscritos e não inscritos nos partidos políticos, respectivamente em termos globais, segundo a idade e de acordo com o sexo, quando inscritos.

Como já era de esperar, há mais homens do que mulheres inscritos em partidos políticos. Apenas 2 % das respondentes declararam pertencer a um partido político, enquanto os homens atingem, apesar de serem poucos, mais do dobro desse valor.

Pertença a partidos políticos, por idade e sexo
(Valores absolutos e percentagem)

[QUADRO N.º 4]

Pertença partidária/idade/sexo	Número	Percentagem
Está inscrito num partido	48	2,4
Não está inscrito num partido	1886	94,4
Não responde	64	3,2
Homens inscritos em partidos	41	4,8
Mulheres inscritas em partidos	23	2,0
Inscritos com menos de 25 anos	15	23,1
Inscritos com 25 a 35 anos	16	24,6
Inscritos com 36 a 45 anos	13	20,0
Inscritos com 46 a 55 anos	10	15,4
Inscritos com mais de 55 anos	11	16,9

Quanto à idade média dos inscritos, anda à volta dos 35 anos, embora mais de 20 % sejam jovens com menos de 25 anos de idade.

No que se refere ao grau de afectação para com os partidos, é igualmente baixo. Mais de metade dos respondentes declararam-se indiferentes no caso de alguém criticar o partido em que tinham votado¹⁴, tal como se pode observar através do quadro n.º 5 e também do gráfico 2.

Afectação para com os partidos políticos
(Valores absolutos e percentagem)

[QUADRO N.º 5]

Afectação para com os partidos	Número	Percentagem
1. Aborrece-me como se estivessem a criticar-me	84	4,2
2. Não me aborreço, mas não gosto muito	459	23,0
3. É-me indiferente	1163	58,2
4. Não sabe	159	8,0
5. Não responde	132	6,6

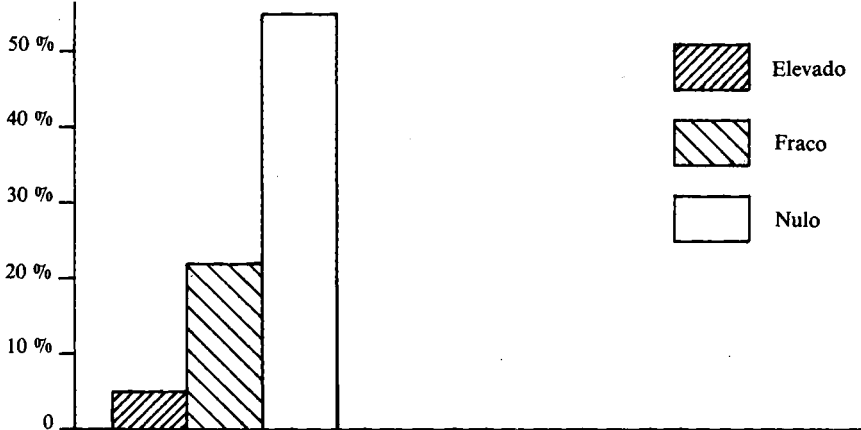
A este baixo grau de afectação para com os partidos acresce um igualmente fraco nível de participação política e de actividade partidária, mesmo durante as campanhas eleitorais¹⁵, quando normalmente uma e outra se intensificam.

¹⁴ A questão foi posta da seguinte forma: «Quando alguém critica o partido em que votou como reage?», listando-se em seguida algumas hipóteses que classificámos assim: grau elevado, caso a resposta fosse: «Aborrece-me como se me estivessem a criticar»; grau fraco, caso fosse: «Não me aborreço, mas não gosto muito», e grau nulo, se respondessem «É-me indiferente.»

¹⁵ Foi perguntado o seguinte: «Durante os últimos anos tem havido diversas campanhas eleitorais em Portugal (para eleições nacionais, regionais e locais). Diga-me a frequência com que durante as campanhas: a) trabalhou para um partido; b) assistiu a comícios; c) convenceu outras pessoas; d) seguiu notícias/debates na rádio ou na televisão». Seguiu-se uma graduação de frequências entre: frequentemente e nunca.

Percentagem de respondentes segundo os níveis de afectação para com o partido em que votaram

[GRÁFICO 2]



No quadro n.º 6 podemos ver que os respondentes declararam, sobretudo durante as diversas campanhas eleitorais, «seguir as notícias relacionadas com a política na rádio ou na televisão», normalmente as fontes de informação mais populares, enquanto apenas uma minoria disse, nessas alturas, «trabalhar para um partido» ou mesmo «assistir a comícios»; o facto de se procurar convencer outras pessoas a votarem no mesmo partido também se mostrou pouco relevante.

Tipos de actividade política desenvolvida
(Valores absolutos e percentagem)

[QUADRO N.º 6]

Actividade política	Número	Percentagem
1. Trabalhar para um partido:		
a) Frequentemente	59	3,0
b) Às vezes	160	8,0
c) Nunca ou quase nunca	1720	86,1
d) Não respondeu	58	2,9
2. Assistir a comícios:		
a) Frequentemente	79	3,9
b) Às vezes	244	12,2
c) Nunca ou quase nunca	1666	80,9
d) Não respondeu	59	3,0
3. Convencer outras pessoas:		
a) Frequentemente	38	1,9
b) Às vezes	141	7,0
c) Nunca ou quase nunca	1753	87,8
d) Não respondeu	66	3,3
4. Ouvir notícias/debates na rádio ou na televisão:		
a) Frequentemente	237	11,8
b) Às vezes	702	35,1
c) Nunca ou quase nunca	998	50,0
d) Não respondeu	61	3,1

Encontraram-se, assim, baixos níveis de participação política e partidária mesmo durante as campanhas eleitorais e um tipo de participação fundamentalmente passiva: só 11 % dos respondentes disseram ter «trabalhado para um partido» e menos de 10 % ter «tentado convencer os outros» a votarem da mesma forma, enquanto pouco mais de 15 % declararam ter «assistido a comícios». A participação de tipo passivo é, pois, a mais significativamente representada neste universo, dado que quase 50 % declararam acompanhar a política na rádio e na televisão.

No que concerne à proximidade em relação aos partidos, pode observar-se no quadro n.º 7 que os respondentes se mostram mais próximos do partido no Governo (PS) do que das restantes formações políticas¹⁶.

Proximidade demonstrada relativamente aos partidos políticos (percentagem)

[QUADRO N.º 7]

Partidos	Grau de proximidade			
	Muito próximo ou próximo	Nem próximo nem distante	Distante ou muito distante	Não sabe ou não responde
CDS.....	18,0	15,7	35,9	30,5
MDP.....	7,8	12,4	43,3	36,5
PCP.....	14,4	8,6	36,1	30,8
PRD.....	11,3	16,1	23,8	48,9
PS.....	33,3	15,5	22,6	28,7
PSD.....	25,7	16,1	27,6	30,6
PPM.....	3,9	15,1	44,1	37,0
UDP.....	3,1	9,3	51,3	36,3
UEDS.....	2,6	11,7	45,2	40,5

Se analisarmos as relações entre a proximidade para com os principais partidos e o primeiro traço que lhes é imputado, podemos concluir, através do quadro n.º 8, que o atributo «sinceramente democrático» é o mencionado para os partidos dos quais os respondentes se encontram mais próximos. Pelo contrário, ser «corrupto» ou «autoritário» são características atribuídas aos partidos dos quais os respondentes se mostram mais distantes.

Proximidade em relação aos partidos e primeiro traço característico atribuído dos partidos políticos

[QUADRO N.º 8]

Partidos	Proximidade dos partidos / primeiro atributo dos partidos			
	CDS	PCP	PS	PSD
CDS ...	61 % democrático	47 % autoritário	26 % autoritário	18 % autoritário
PCP ...	45 % autoritário	63 % democrático	36 % autoritário	20 % autoritário
PS	20 % autoritário	33 % corrupto	49 % democrático	15 % autoritário
PSD....	15 % democrático	38 % autoritário	15 % autoritário	35 % democrático

Nota — Vejam-se os quadros n.ºs 3 e 7.

¹⁶ Expôs-se uma lista com todos os partidos nacionais, para os quais se pediu que os respondentes indicassem em que grau numa escala de proximidades em relação aos mesmos se encontravam.

6. Cremos que o nível de consistência destas opiniões pode ser considerado um bom indicador da distância entre os principais partidos políticos portugueses.

O baixo grau de identificação partidária e o facto de os respondentes não atribuírem aos partidos muito poder, tal como o fraco nível encontrado no que se refere à afectação para com os partidos, não são, no entanto, sintomas exclusivos dos regimes democráticos recentes, dado que níveis semelhantes se podem encontrar em democracias já consolidadas.

No entanto, tal facto poderá, em princípio, levantar certas dificuldades no processo de consolidação desses sistemas, caso se aceite o argumento de que quanto maior é a legitimidade dos partidos, maior a potencial consolidação e estabilização dum regime. E existem de facto boas razões para acreditar na validade de tal argumento¹⁷.

Não queremos terminar este pequeno contributo para a caracterização da cultura política dos portugueses, aqui apenas considerada na componente relativa aos partidos políticos, sem alertar para o facto de os dados analisados se reportarem a 1985, numa conjuntura político-partidária específica e em plena mutação.

Decorridos mais de dois anos depois da realização da sondagem em causa, alterado o centro de gravidade do sistema, com o fim do «bloco central» e a ocupação do cerne do poder pelo PSD, e sobretudo dada a eleição do primeiro presidente da República civil¹⁸, cremos que, na eventualidade de se desenvolver agora um estudo semelhante, o panorama daí resultante se apresentaria substancialmente diferente do aqui reportado. O que, de qualquer forma, não retira a validade à análise efectuada nas páginas precedentes, principalmente se a enquadrarmos no contexto preciso em que a mesma se inseriu.

¹⁷ Veja-se, por exemplo, P. Converse, «Of time and partisan stability», in *Comparative Political Studies*, n.º 2, 1969. Veja-se igualmente S. Huntington, *Political Order in Changing societies*, New Haven, Yale University Press, 1968, p. 461, e L. Morlino, «Consolidamento democratico: alcune ipotesi esplicative», in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, n.º 3, 1986, pp. 339-340.

¹⁸ A eleição de Mário Soares para chefe do Estado Português comportaria uma legitimação acrescida da componente civil do sistema e, conseqüentemente, representaria um passo mais na consolidação democrática; por outro lado, o facto de o PSD ter atingido a maioria dos sufrágios, possibilitando-lhe uma governação não imediatamente sujeita a eventuais acordos com os restantes partidos, reforçaria igualmente o processo em causa, normalizando o jogo parlamentar; por último, desempenharia igualmente neste aspecto um singular relevo o clima consideravelmente mais sereno que, a partir de 1986, se viria a instalar entre os distintos órgãos de soberania, prefigurando-se, desde então, uma maior estabilidade para o sistema político democrático.